



Cuiabá-MT, 20 de fevereiro de 2014

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quinta, 20 de fevereiro de 2014, 09h28

saúde pública

Projeto preve declaração de medicamento não disponível

Elaine Mendes, especial para o GD

Na sessão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, de desta quarta-feira (19), vários projetos de leis conseguiram aprovação dos deputados estaduais do Estado. Um deles é o projeto 249/13, proposto pelo deputado Emanuel Pinheiro (PR). A proposta dispõe sobre o fornecimento de declaração por escrito, aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), quando não houver medicamento disponível nas unidades de saúde do Estado.

A lei que ainda não foi sancionada, já possui um parecer contrário, já que isso acarretará muitos processos judiciais contra o Estado. Emanuel Pinheiro defendeu amplamente o projeto alegando que “é direito dos pacientes recorrer ou não à justiça”.

Problemas antigos – Em meados do ano passado, conselheiros estaduais de saúde afirmaram que há mais de um ano, 104 medicamentos de alta complexidade, dos quais dependiam muitas vidas, estavam em falta na Farmácia de Alto Custo e inúmeras caixas de medicamentos vencidos que foram descartadas na época.

Pacientes com doenças crônicas, pulmonar, obstrutiva crônica, insuficiência renal, lúpus e transtornos psiquiátricos, como depressão e síndrome do pânico, estavam tendo dificuldades em conseguir os medicamentos necessários.

A ouvidora foi enfática ao afirmar que todas as vezes que cobrava do Governo do Estado resultados para o problema, ouvia como resposta que licitações estavam sendo realizadas e que os processos de aquisição seriam feitos.

O secretário estadual de saúde na época, Mauri disse que o grande problema eram os fabricantes que centralizam a produção de medicamentos e faziam pressão aos governos estaduais para terem exclusividade ou preferência para fornecer os insumos de alta complexidade.



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quinta, 20 de fevereiro de 2014, 10h36

MPF vai investigar repasse de verbas ao Samu de Rondonópolis

Redação do GD

O Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil público para averiguar a situação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) que atende os municípios da região sul de Mato Grosso e a possibilidade de o serviço ser parcialmente suspenso por falta do repasse de verbas.

De acordo com as declarações da secretária de Saúde de Rondonópolis divulgadas na imprensa local, o Estado não realiza repasse de verba ao município há 14 meses, o que levou à decisão de suspender parcialmente o atendimento caso não seja regularizada a dívida até o dia cinco de março.

A medida poderia fazer com que aproximadamente 200 mil pessoas (das cerca de 400 mil hoje atendidas) ficassem sem atendimento pelo Samu de Rondonópolis, o que demanda a célere atuação dos órgãos de controle com vistas a evitar a efetivação dessa situação, sendo que a atribuição do Ministério Público Federal para o trato da questão se justifica em razão da existência de repasses de verbas federais para funcionamento da unidade de saúde.

As Secretarias de Saúde do Estado e do Município deverão responder ao Ministério Público Federal sobre o repasse e o recebimento das verbas destinadas ao funcionamento do Samu na região e sobre as medidas pretendidas. Ao Departamento Nacional de Saúde (Denasus), foi solicitado o último relatório de fiscalização realizado em Rondonópolis.

A depender das respostas e dos encaminhamentos dados administrativamente, a solução da problemática poderá ser buscada pela via judicial. *(Da assessoria)*



Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / PROJETO DE EXTENSÃO

20.02.2014 | 11h45 - Atualizado em 20.02.2014 | 10h21

Tamanho do texto A- A+

Acadêmicos se reúnem com secretária de Saúde na sexta-feira

Os estudantes da Unic vão apresentar o Projeto Buscar

Prefeitura Municipal de Rondonópolis

Alunos do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e da Unic Rondonópolis se reúnem com a secretária de Saúde do Município, Marildes Ferreira, para defender projetos de extensão que desenvolvem a busca de casos de hanseníase na comunidade local. Os acadêmicos da UFMT vão defender a continuidade da parceria no Projeto ‘Diagnóstico é a Solução’ que mereceu destaque com a publicação de um artigo na Revista Participação da Universidade de Brasília – UnB. Os estudantes da Unic vão apresentar o Projeto Buscar.

Os universitários participam da reunião, acompanhados dos coordenadores dos Cursos de Enfermagem nas duas instituições, além do enfermeiro responsável pelo Programa de Hanseníase e Tuberculose no Município, Lourenço Ribeiro da Cruz Neto, que é o idealizador do programa da UFMT, criado em 2009. A iniciativa tem a parceria da entidade alemã DAHW.

Lourenço Neto conta que 20 alunos da UFMT já participaram do programa que é tema do artigo acadêmico publicado na revista de circulação nacional. Desse total, pelo menos cinco pessoas se destacam nas ações de busca, identificação e tratamento de casos de hanseníase. O enfermeiro lembra que em 2009 o grupo trabalhou principalmente na Vila Olinda, onde já haviam 11 casos da doença em tratamento. E o número de pacientes dobrou com o trabalho dos estudantes.

Os alunos do Programa Diagnóstico é a Solução da UFMT atuam nos bairros



onde a Secretaria de Saúde desenvolve mutirões de busca da hanseníase. Lourenço Neto conta que o grupo começa a trabalhar antes do evento, com visitas domiciliares e palestra de orientação sobre a hanseníase. As pessoas que apresentam sintomas característicos são convidadas a participar do mutirão para fazerem o exame de pele. Depois os alunos acompanham essa atividade.

No Projeto Buscar da Unic, os futuros enfermeiros se dedicam a acompanhar as ações do mutirão e observar os procedimentos adotados pelos profissionais envolvidos, além de estudar a história, os sintomas e o tratamento da doença. Lourenço vai oferecer duas palestras aos acadêmicos que servem para orientar e despertar o interesse pelo tratamento da hanseníase. Ele explica que a equipe da Secretaria de Saúde é colaboradora nos projetos de extensão.

O quê ? – Reunião da Secretária de Saúde do Município, Marildes Ferreira, com acadêmicos participantes dos projetos de extensão sobre hanseníase – da UFMT e da Unic.

Quando ? – Dia 21 de Fevereiro de 2014 – Sexta-Feira – 8 Horas

Onde? – Gabinete da Secretária Marildes Ferreira – Secretaria de Saúde de Rondonópolis – Rua: Rio Branco, 2.916 - Bairro Santa Marta.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / SERVIÇOS ESSENCIAIS

20.02.2014 | 10h49 - Atualizado em 20.02.2014 | 10h48

Tamanho do texto A- A+

Leitão foca destinação de emendas na área da saúde

Deputado federa apresentou R\$ 14 milhões na Lei Orçamentária Anual para 2014



MidiaNews

Deputado federal Nilson Leitão (PSDB) : foco em ações saúde

DA REDAÇÃO

O deputado federal Nilson Leitão (PSDB/MT) apresentou na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 um total de R\$ 14 milhões em emendas individuais.

Conforme o parlamentar, o montante vai beneficiar diversos municípios com projetos de infraestrutura, investimentos na educação e na saúde, fomento cultural com projetos de incrementos turísticos, apoio a área agropecuária e outros que garantem o desenvolvimento regional de Mato Grosso.

Sempre preocupado com o desenvolvimento da Saúde e da Educação, o deputado trabalhou junto ao Ministério da Saúde, onde destinou R\$ 5 milhões para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde e mais R\$ 2 milhões para a rede de serviços de atenção básica de saúde. Já na Educação os recursos foram para melhorar a estrutura da educação básica.

No Ministério das Cidades, a destinação das emendas foi para o apoio à política nacional de desenvolvimento urbano buscando assim uma infraestrutura mais adequada para os municípios.

Da mesma forma o Ministério do Turismo foi selecionado para emendas que irão incentivar a parte turística do estado com projetos de infraestrutura adequada para a área. Todos esses investimentos juntos somam R\$ 2.750.000,00.

O incentivo ao esporte e a área agrícola não foram esquecidos. Leitão destinou R\$ 1.300.000,00 para a implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer e R\$ 2.250.000,00 para a área agropecuária, que é referência no estado pela qualidade e alta produção.

“A saúde está com a maioria das estruturas velhas e precisa ter condições de prestar um atendimento mais humanizado. Na educação, as escolas estão



abandonadas e com infraestrutura precária. A agricultura do nosso estado alavanca a balança comercial e precisa de incentivos. E assim segue. O objetivo da destinação deste dinheiro por meio das emendas é justamente proporcionar uma melhora na qualidade de vida da população e alavancar o desenvolvimento do estado”, diz Nilson Leitão.

Fonte: www.midianews.com.br

JUDICIÁRIO / SAÚDE JUDICIALIZADA

20.02.2014 | 14h02 - Atualizado em 20.02.2014 | 14h19

Tamanho do texto A- A+

Justiça manda Estado internar paciente para retirar tumor cerebral

Decisão judicial teve com base o parecer médico que mostra que o caso é crítico

MidiaNews

Clique para ampliar 



Decisão manda Estado assegurar o atendimento em hospital da rede pública ou particular e até mesmo fora de Mato Grosso

DA REDAÇÃO



A Justiça de Mato Grosso determinou que o Governo do Estado faça a internação de um paciente que necessita, em caráter de urgência, de uma cirurgia para retirada de um tumor cerebral.

A decisão, por meio de liminar, é do juiz Márcio Aparecido Guedes, da 2ª Vara Especializada de Fazenda Pública de Cuiabá. Conforme a determinação judicial, o caso do paciente é crítico.

Na decisão, o magistrado determina que diante da rápida progressão da doença o atendimento tenha que ser assegurado imediatamente seja na rede pública ou particular, aqui ou em outro estado da federação.

O magistrado também solicita que seja disponibilizado todo o aparato médico e hospitalar para o procedimento cirúrgico e recuperação do doente, inclusive, com garantia de vaga em UTI.

“O médico que assiste ao requerente afirma a necessidade do tratamento cirúrgico especializado com suporte de UTI. Se o médico diz que o tratamento cirúrgico por ele solicitado é necessário, não somos nós, simples juízes, que vamos discutir em seara alheia. Não podemos ser imprevidentes!”, diz trecho da decisão.

O superintendente de Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria Estadual de Saúde e gestor da central de Regulação de Urgência e Emergência do Estado, Lissandro da Silva Torres, já foi notificado da decisão. Em caso de descumprimento, a multa é diária no valor de R\$ 10 mil.



Fonte: www.midianews.com.br

BRASIL / MAIS MÉDICOS MENOS SAÚDE

19.02.2014 | 18h15 - Atualizado em 19.02.2014 | 14h14

Tamanho do texto A- A+

Brasil quer convencer Cuba a ampliar para R\$ 2.400 repasse ao Mais Médicos

Medida é considerada essencial para o Planalto para reverter críticas ao programa

Divulgação

DO R 7

O governo quer convencer Cuba a ampliar de US\$ 400 para US\$ 1.000 o repasse pago a profissionais do Mais Médicos no Brasil. A medida é considerada pelo Planalto como essencial para tentar reverter críticas que o programa, vitrine de campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff, passou a receber nas últimas duas semanas.

Os ataques ressurgiram depois de a cubana Ramona Rodríguez sair do programa, dizendo-se enganada pelo governo Raúl Castro por receber US\$ 400 (cerca de R\$ 960). Já médicos brasileiros recebem R\$ 10 mil, mesmo valor repassado pelo governo Dilma ao convênio firmado com a Opas (Organização Pan-Americana de Saúde).

O aumento do repasse para US\$ 1 mil (R\$ 2.400) também seria útil para tentar refrear deserções. Na semana passada, houve quatro casos de médicos que “fugiram” do programa.

"Qualquer trabalhador que tenha um aumento no salário fica feliz. Não seria diferente com a gente", diz um médico cubano que atua em um posto de saúde da zona norte de São Paulo sobre o novo valor.



Ele afirma que, com o aumento, será possível economizar algum dinheiro para quando voltar a Cuba, ao contrário do que acontece atualmente. “Como estamos há apenas três meses aqui, ainda não deu para guardar muita coisa.

— Não dá para economizar tanto porque temos despesas pessoais, como internet e telefone.

Na avaliação do planalto, um salário maior para os profissionais poderia ajudar, ainda, a amenizar o descontentamento do Ministério Público do Trabalho. Uma investigação sobre as condições dos médicos recrutados em Cuba está em curso. O procurador Sebastião Caixeta já avisou que deverá apresentar ao Ministério da Saúde, em breve, recomendações sobre a necessidade de se alterar a relação trabalhista.

Dos 9.000 médicos que atuam no programa, 7.500 são cubanos. O aumento do salário desses profissionais importados de Havana começou a ser discutido na Casa Civil, há duas semanas, em reunião com a presença dos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Saúde, Arthur Chioro. Questionado sobre o assunto, Chioro afirmou estar sensível ao problema.

Trunfo político

Idealizado pela equipe do Ministério da Saúde, o Mais Médicos também terá destaque na campanha do ex-ministro Alexandre Padilha (PT) ao governo de São Paulo. Pesquisas em poder do Planalto indicam que a maioria da população aprova o programa, um trunfo que o governo quer preservar até outubro.

Desde que a Ramona abandonou o programa, a oposição acusa o PT de se aproveitar do trabalho escravo. Nos bastidores, DEM e PSDB dizem que o acordo é uma troca, uma forma de amortizar o dinheiro brasileiro emprestado para a construção do Porto de Mariel, em Cuba.



Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Cidades

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

20/02/2014 - 12:00

Defaz investiga 41 prefeituras por fraudes em esquema de licitação para compra de remédios

Da Redação - Patrícia Neves

Foto: Olhar Direto



A Delegacia Especializada em Crimes Fazendários e Administração Pública (Defaz) investiga 41 prefeituras em Mato Grosso pela prática de desvio de dinheiro público. A fraude contra administração pública é muito bem articulada e inicia-se com o direcionamento do processo licitatório para aquisição de remédios. Chama também a atenção da Polícia Civil o fato de que as mesmas empresas fornecedoras se repetem nessas 41 prefeituras, o que reforça suspeitas quanto a irregularidades na condução dos processos.

[PF confirma apreensão de mais de R\\$ 126 milhões na 4ª fase da Ararath](#)
[Mandados de busca e apreensão da PF em MT atingem 'factoring', parentes de](#)
[parlamentares e empresários](#)

"Na verdade, as empresas vendem o papel. O modo de atuação é sempre o mesmo. As empresas vencedoras dos certames passam a entregar apenas um percentual mínimo do



objeto real do contrato. No papel, a entrega completa é feita e o pagamento é integral. Mas recebe-se apenas uma parte do que se comprou, no caso, medicamentos”, esclarece o delegado titular da unidade, Carlos Cunha.

Ele esclarece que é possível constatar a irregularidade a partir da coleta de informações junto à Secretaria de Estado de Fazenda. “Se você deu entrada em um apenas um percentual não poderá fazer a saída maior do que possui em estoque. Se a empresa declarou e pagou em impostos por uma determinada quantidade a empresa não pode, simplesmente, alegar que possui 2/3 a mais em estoque para poder entregar a todas essas prefeituras”.

Ainda segundo Carlos Cunha, os inquéritos são conduzidos pelos quatro delegados da unidade, que apuram os beneficiários do esquema e quanto já teria sido desviado dos cofres públicos desde que o esquema estaria em funcionamento.

Questionado sobre a participação de personalidades políticas nessas 41 cidades, ele declarou que “normalmente há presença de políticos para que esses processos licitatórios sejam direcionados”. Após a finalização dos inquéritos, os responsáveis podem ser indiciados por crimes que variam de peculato, a formação de quadrilha, além de fraudes em processos licitatórios.

Fonte: www.issoenoticia.com.br

POLÍTICA / PLENÁRIO

Quarta, 19 de fevereiro de 2014, 22h30

SUS terá que fornecer declaração na falta de medicamentos

Medida vai abranger todas as unidades de saúde de MT. Também aprovaram passe livre para o VLT

DA REDAÇÃO

Na ordem do dia da sessão desta quarta-feira (19) foram aprovados projetos de leis, moções e requerimentos. Um deles é o projeto 249/13 que dispõe sobre o fornecimento de declaração por escrito, ao usuário do Sistema Único de Saúde, quando não tiver medicamento à disposição nas unidades de saúde do estado. Autor da



proposta, deputado Emanuel Pinheiro (PR) fez ampla defesa para derrubar o parecer contrário da matéria. Segundo ele, é direito dos pacientes recorrer ou não à justiça.

Os parlamentares também aprovaram o projeto de lei 140/13 que dispõe sobre o passe livre no Veículo Leve sobre Trilho - VLT, de autoria do deputado Luiz Marinho (PTB). Essa iniciativa contemplará as seguintes categorias: estudantes regularmente matriculados e com frequência no curso; portadores de doenças como HIV, ostomia - colostomia, ileostomia e urostomia, desde que estejam inscritos na Associação Mato-grossense dos Ostomizados e com tratamento contínuo atestado por laudo médico; pessoas com idade igual ou superior a 60 anos; agentes policiais e carcerários e munícipes desempregados.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quinta, 20 de fevereiro de 2014, 09h38

Tamanho do texto A- A+

EM VÁRZEA GRANDE

Pacientes denunciam atraso e 'maquiagem' em obras do PSF

Pacientes reclamam de que, além de estar fora do prazo, a obra está sendo “maquiada” e os serviços não estão sendo realizados como deveriam

ELIANA BESS

A entrega da reforma do Posto de Saúde da Família (PSF) Gonçalo Pinto de Godoy localizado no bairro São Mateus em Várzea Grande está atrasada há dois meses e pacientes reclamam de que, além de estar fora do prazo, a obra está sendo “maquiada” e os serviços não estão sendo realizados como deveriam.

Orçada em pouco mais de R\$ 160 mil, a obra teve início em outubro de 2013 e estava prevista para ser entregue em 28 de dezembro do mesmo ano. O PSF deveria oferecer serviços ambulatoriais de atenção básica e de média complexidade no bairro São Mateus.

HiperNotícias



Obras deveriam estar concluídas em dezembro do ano passado, mas até agora, nada foi feito

O secretário de Saúde do município, Edson Vieira, esteve no local na manhã de quarta-feira (19) e acalmou os ânimos da população e esclareceu que as obras ainda serão realizadas. "Estamos iniciando as obras, não pagamos a empresa ainda, não recebemos a obra. Existem muitas modificações a serem feitas na estrutura em geral. Tudo em conformidade com a planilha do Ministério da Saúde", explicou.

Segundo ele, houve atraso no início da reforma, porque o setor de monitoramento de obras não tinha liberado autorização. Além disso, as chuvas também prejudicam o andamento dos serviços que só serão aceitos pela pasta após a fiscalização de um engenheiro e um arquiteto da prefeitura.

HiperNotícias



Obras de reforma custaram R\$ 160 mil e segundo os moradores e pacientes, tudo está sendo "maquiado" e não reformado

NOVO PSF

O secretário informa que um novo PSF será construído ao lado do Gonçalves Pinto de Godoy. A licitação está em andamento e o início das obras deve acontecer em meados de março deste ano.

A estrutura não substituirá o PSF do São Mateus, mas atenderá a demanda do Parque Sabiá e de um condomínio residencial que é recente na região, conforme Edson. "É outra obra, não tem relação com a reforma, será outro valor. Os moradores podem ficar tranquilos, não vamos aceitar as obras, sejam elas reformas ou construção, que não esteja concluída", finalizou.



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quinta, 20 de fevereiro de 2014, 11h25

Tamanho do texto **A- A+**

DINHEIRO

Governo anuncia corte de R\$ 44 bilhões no Orçamento de 2014

Também foi anunciada a redução da previsão de crescimento da economia de 3,8% para 2,5%

PORTAL UOL

O governo anunciou um corte de R\$ 44 bilhões no Orçamento Geral da União deste ano, incluindo R\$ 7 bilhões do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Em 2013, o corte total foi de R\$ 38 bilhões; em 2012, de R\$ 55 bilhões. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (20) em Brasília pelos ministros do Planejamento, Miriam Belchior, e da Fazenda, Guido Mantega.

A meta de economia para pagar juros da dívida (o chamado superavit primário) foi fixada em R\$ 99 bilhões, equivalente a 1,9% do PIB (Produto Interno Bruto). Desse total, o governo central (que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) será responsável por R\$ 80,8 bilhões ou o equivalente a 1,55% do PIB. Já os Estados e municípios deverão contribuir com R\$ 18,2 bilhões, ou 0,35% do PIB.

Em seu anúncio de hoje o governo também reduziu a previsão de crescimento da economia de 3,8% para 2,5% em 2014. A projeção de inflação para este ano foi reduzida de 5,8% para 5,3%.

O governo tenta reduzir a desconfiança em torno da economia brasileira e mostrar solidez fiscal, para evitar que as agências de avaliação de risco rebaixem a nota da dívida pública do país. A política fiscal brasileira tem sido alvo de críticas desde a utilização de "manobras contábeis" para garantir o cumprimento da meta em 2012, e depois de o governo não cumprir a meta de 2013 (leia mais abaixo).

A discussão em torno da definição do superavit primário deste ano e do corte para atingir esse objetivo levou vários dias e fez com que Mantega desistisse de ir para a reunião do G20, na Austrália, neste fim de semana.

Cortes não incluem Saúde e Educação

Dos R\$ 44 bilhões a serem cortados, serão R\$ 13,5 bilhões de despesas obrigatórias e R\$ 30,5 bilhões de despesas não obrigatórias.

O governo preservou no Orçamento de 2014, ano eleitoral, as áreas de Saúde (R\$ 82,6 bilhões), Educação (R\$ 42,3 bilhões), Desenvolvimento Social (R\$ 31,7 bilhões) e Ciência, Tecnologia e Inovação (R\$ 6,9 bilhões).

Por outro lado, cortou diversas despesas em outras áreas, com destaque para a Defesa, com redução de R\$ 3,5 bilhões, e emendas parlamentares, R\$ 13,3 bilhões.



Meta fiscal não foi alcançada no ano passado

O compromisso de 2013 era de superavit primário de 3,1% do PIB, mas a área econômica havia informado que perseguiria uma meta de 2,3% do PIB. No fim, o país não conseguiu cumprir o compromisso fiscal estipulado inicialmente e fez uma meta do setor público consolidado de 1,9% do PIB, ou R\$ 91,306 bilhões. Mesmo ajudados por receitas extraordinárias, União, Estados e municípios fizeram a menor economia em 15 anos.

Entenda o superavit primário

Superavit primário é o quanto de receita os governos conseguem economizar. Esse dinheiro é usado para pagar os juros da dívida pública. Um exemplo desses juros é o lucro que os investidores ganham quando compram títulos do governo.

Obter o superavit primário é importante para conter o aumento da dívida pública e evitar a moratória (calote) no futuro. A dívida pública é contraída, entre outras situações, quando o governo vende títulos para os aplicadores. Ele promete aos investidores pagar juros a mais no futuro, como acontece com qualquer outro investimento financeiro.

Se o governo não economizar, a dívida pode crescer muito e ele não tem como pagar. Isso caracterizaria o calote. Fazer muito superavit primário não tem só esse lado bom de guardar dinheiro para pagar as dívidas. O governo realiza essa economia aumentando impostos e deixando de gastar, por exemplo, em investimentos em obras e serviços.

Isso prejudica o crescimento da economia: as empresas investem menos, contratam poucos trabalhadores ou chegam a demiti-los. Tudo isso enfraquece o desenvolvimento econômico



Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

MT elabora Plano de Contingência de Prevenção e Controle da Dengue

20/02/2014 - 10h54

A- A+

Da Redação

Equipes técnicas do Ministério da Saúde e das secretarias de Saúde do estado de Mato Grosso e dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande preparam até sexta-feira (21) o Plano de Contingência da Dengue para prevenção e controle da doença, que tem por objetivo o fortalecimento e organização da Rede de Atenção à Saúde nas diferentes áreas e serviços, além da integração das ações, para evitar novas epidemias e ocorrências de óbitos.

As equipes estão reunidas desde segunda-feira (17) para discussão, estruturação e atualização do Plano de Contingência e Controle da Dengue do Estado para o ano de 2014. “O Ministério da Saúde têm diretrizes nacionais para a prevenção e controle da doença. O plano estadual segue essas diretrizes e incorpora fatores regionais, cabendo a cada esfera do governo executar suas ações. O Plano é uma orientação aos profissionais de saúde, gestores, comitês de mobilização e cidadãos, na redução da densidade vetorial, somadas às ações de vigilância, acompanhamento e assistência à saúde aos pacientes de dengue”, disse o superintendente de Vigilância em Saúde, Juliano Silva Melo.

Juliano explica ainda, que o plano prevê a promoção de ações articuladas, tanto no âmbito governamental quanto para a sociedade organizada, integradas a vigilância em saúde, vigilância laboratorial e atenção básica, agregadas às instâncias judiciárias para apoiar ações e questões ao saneamento ambiental. Assim, são definidos os papéis e trabalhos e responsabilidades de todas as áreas envolvidas para o controle do vetor no estado.

O plano de contingência da dengue do Estado auxiliará os municípios na organização de suas atividades de prevenção e controle, em períodos de baixa transmissão ou em situação epidêmica, contribuindo dessa forma para evitar a ocorrência de óbitos e para reduzir impactos de epidemias de dengue. O documento organiza, orienta, facilita, agiliza e uniformiza as ações necessárias coordenadas e integradas ao serviço do Sistema Único de Saúde (SUS).

As orientações contidas no Plano vão desde organizar as ações de controle da dengue,



classificar riscos nos serviços de saúde, promover assistência adequada ao paciente, capacitar profissionais, aprimorar serviços da vigilância epidemiológica, garantindo notificação, investigação dos casos e monitoramento dos sorotipos virais sempre de maneira oportuna, além de definir estratégias para redução da força de transmissão da doença, por meio do controle do vetor e de seus criadouros, entre tantas outras ações de articulação nas diferentes áreas de serviços do SUS no enfrentamento da dengue.

Os trabalhos são assistidos pelos técnicos do Programa Nacional de Controle da Dengue do do Ministério da Saúde, Fabio Gaiger, Mateus Cerroni e Sulamita Barbiratto, e da Secretaria de Atenção da Saúde do MS, Rodrigo Said.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Liminar determina retirada de tumor cerebral

20/02/2014 - 15h46

A- A+

Da Redação

A Justiça emitiu liminar determinando que o Governo do Estado interne paciente em caso crítico e realize micro neurocirurgia para retirada de tumor cerebral. A liminar é do juiz Márcio Aparecido Guedes da 2ª Vara Especializada de Fazenda Pública de Cuiabá concedida no dia 14 e disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de quarta-feira (19). (Cod.866787)

Na decisão, o magistrado determina que diante da rápida progressão da doença o atendimento tenha que ser assegurado imediatamente seja na rede pública ou particular, aqui ou em outro estado da federação.

O magistrado também solicita que seja disponibilizado todo o aparato médico e hospitalar para o procedimento cirúrgico e recuperação do doente, inclusive, com garantia de vaga em UTI. “O médico que assiste ao requerente afirma a necessidade do tratamento cirúrgico especializado com suporte de UTI. Se o médico diz que o tratamento cirúrgico por ele solicitado é necessário, não somos nós, simples juízes, que vamos discutir em seara alheia. Não podemos ser



imprevidentes!”, diz trecho da decisão.

O superintendente de Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria Estadual de Saúde e gestor da central de Regulação de Urgência e Emergência do Estado, Lissandro da Silva Torres, já foi notificado da decisão. Em caso de descumprimento, a multa é diária no valor de R\$ 10 mil.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

MPE/MT ingressa com ação civil contra Jaqueline Guimarães, por acúmulo ilegal de cargos públicos; Justiça determina indisponibilidade de bens e valores da primeira-dama

Publicado em: 20/02/2014 às 15:46

por Lucione Nazarteh/VG Notícias

Justiça determinou em sede cautelar, indisponibilidade dos bens e valores da primeira-dama, no montante de R\$ 122.677,82

O Ministério Público Estadual (MPE/MT) entrou na Justiça de Mato Grosso, com uma ação civil de improbidade administrativa contra a ex-secretária municipal de Saúde de Várzea Grande e primeira-dama, Jaqueline Guimarães, por acúmulo ilegal de cargos públicos.

A denúncia do MPE/MT foi acatada pelo juiz da 2ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, Jones Gattass Dias, que determinou nesta terça-feira (18.02), em sede cautelar, a indisponibilidade dos bens e valores da primeira-dama, no montante de R\$ 122.677,82.

A ação foi proposta contra Jaqueline após o **VG Notícias** denunciar ao órgão que a primeira-dama estaria mantendo dois cargos públicos, sendo um de cargo comissionado de secretária municipal de Saúde de Várzea Grande e outro como médica credenciada junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran-MT), para realizar exames de sanidade física e mental aos candidatos que tentam adquirir permissão para dirigir, renovação e/ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação. [Confira a matéria relacionada.](#)

O Ministério Público instaurou no ano passado, um procedimento investigatório contra a ex-secretária para apurar os fatos. Durante as investigações do MP foi confirmado que Jaqueline era servidora



efetiva da Prefeitura de Várzea Grande no cargo de médica ginecologista com dois vínculos, já que ocupou nos anos de 2009, 2010 e 2013, cargo comissionado na Secretaria Municipal de Saúde, e em 2011 e 2012 na Secretaria de Estado de Saúde, enquanto exercia também, durante estes anos, atividade junto ao Detran-MT.

Segundo a ação judicial, a primeira-dama recebia normalmente durante todos estes anos, a remuneração dos cofres públicos tanto do Estado quanto do município, graças à inoperância dos sistemas de controle de gestão de pessoal da Administração. Conforme o processo, Jaqueline não desenvolvia as suas funções a contento em nenhum dos cargos que ocupava, tendo em vista a incompatibilidade dos horários e a impossibilidade de acumulação de mais de dois cargos públicos.

“Nenhuma, portanto, a dúvida de haver, no caso em tela, fortes indícios de atos de improbidade administrativa cometidos pela requerida (Jaqueline)” e “a cumulação proibida pelo art. 37 da Carta Maior leva à percepção de remuneração indevida, gerando o enriquecimento ilícito, com notório prejuízo aos cofres públicos, que estariam a remunerar por serviços não prestados ou prestados de forma insatisfatória, sem a dedicação exigida para a justa contraprestação salarial”, diz trecho do processo.

Assim, por violação da Lei de Improbidade Administrativa, o juiz da 2º Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, Jones Gattass Dias, concedeu, em sede cautelar, a indisponibilidade dos bens e valores da primeira-dama, no montante de R\$ 122.677,82.

Ainda segundo a decisão do magistrado, a ação deve continuar a tramitar na 2º Vara Especializada da Fazenda Pública até a decisão final.

Caso Jaqueline seja condenada pela Justiça pelo acúmulo ilegal de cargo público, ela corre o risco de perder a função pública, ter os direitos políticos suspensos de três a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social